

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2018/10/31

ATA NÚMERO 30/2017-21 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, nesta cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município, Salão Nobre das Reuniões, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Valdemar de Carvalho Pereira, com a assistência da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos e a presença dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias, José Damião Lopes Guedes de Melo, Susana Cristina Dias Pereira e Ana Maria Silva Xavier Guerra, teve lugar a trigésima reunião desta Câmara Municipal, no mandato autárquico de dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um.

O **Senhor Presidente da Câmara** declarou aberta a reunião pelas dez horas.

Esta reunião foi agendada para hoje, em virtude de no dia um de novembro próximo ser feriado.

Passou-se de imediato à

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Presente a minuta da ata número vinte e nove da reunião desta Câmara Municipal de dezoito de outubro corrente.

Não tendo sido apresentadas alterações, foi deliberado por unanimidade aprovar a ata número vinte e nove da reunião desta Câmara Municipal de dezoito de outubro corrente.

Não foram apresentados assuntos no período de antes da ordem do dia.

O **Senhor Presidente da Câmara** solicitou a introdução na ordem do dia do seguinte ponto: CLDS - 3ª geração - relatório, o que foi autorizado por unanimidade.

Passou-se de imediato à discussão da seguinte

ORDEM DO DIA

PONTO 1 - Discussão e votação da proposta das Grandes Opções do Plano, do Orçamento Municipal e do mapa de pessoal para o ano de 2019

PONTO 2 - Contratação de um empréstimo a curto prazo no período de vigência do orçamento de 2019, em regime de conta-corrente, para ocorrer a dificuldades de tesouraria, até ao montante de € 400.000,00 - proposta

PONTO 3 - Fixação do valor da taxa do imposto municipal sobre imóveis incidente sobre prédios urbanos, respeitante ao ano de 2018 a liquidar em 2019, e redução desta taxa nos casos de prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo - proposta

PONTO 4 - Projetos dos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana (PERU's) da sede do Concelho, de Ucanha e Gouveias, de Salzedas, de S. João de Tarouca e do Outeiro - proposta

PONTO 5 - Cessão da exploração do Bar e Restaurante da Piscina Municipal de Tarouca - Abertura de concurso público - proposta

PONTO 6 - Abertura de procedimento concursal comum para preenchimento de 4 postos de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior, destinado a candidatos com e sem vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído - proposta

PONTO 7 Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tarouca - pedido de renovação de protocolo para o ano de 2019

PONTO 8 - Isenção de pagamento de licença:

a) Associação Social do Castanheiro do Ouro - Licença especial de ruído para a realização da Festa de Finalistas/2018

PONTO 9 - Processo de operação de loteamento com obras de urbanização 91/18 - Requerente Luís de Melo Teixeira - Lugar - Quinta da Cerca - Pedido: Operação de loteamento com obras de urbanização

PONTO 10 - Resumo diário da tesouraria

PONTO 11 - Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias - Informação do Senhor Presidente da Câmara

PONTO 12 - Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município - Informação do Senhor Presidente da Câmara

PONTO 13 - Administração Regional de Saúde do Norte, I.P - pedido de parecer relativo à escala de turnos das farmácias no Município de Tarouca, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 277/2012 de 12 de setembro

PONTO 14 - Venda do lote nº 10 da Área de Acolhimento Empresarial e Logística de Tarouca - Adjudicação - proposta

PONTO 15 - CLDS - 3ª Geração - relatório

PONTO 15 - CLDS - 3ª GERAÇÃO - RELATÓRIO

A discussão da ordem do dia teve início pelo último ponto.

O **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo**, por impedimento legal, retirou-se da reunião para a discussão deste assunto.

Presente o relatório final da atividade do Conselho Local de Desenvolvimento Social - 3ª Geração - Tarouc@Social, elaborado pela respetiva entidade promotora, a Associação "Vale Varosa- Associação de Desenvolvimento Local", acompanhado do respetivo mapa resumo de execução, verificando-se que foram realizadas 202 atividades e abrangidos 3838 destinatários diretos, durante os três de anos de execução do projeto.

O **Senhor Presidente da Câmara** apresentou, de forma resumida, os indicadores de execução, física e financeira deste projeto, realçando a sua importância para o Concelho.



2018/10/31

MUNICÍPIO DE TAROUCA**CÂMARA MUNICIPAL**

Disse ainda que, pelo que acompanhou nos últimos três anos, foi um trabalho interessante, com as empresas e as famílias. Concluiu felicitando o Senhor Presidente da Associação Vale Varosa e os técnicos pelo trabalho que desempenharam.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade:

- a) aprovar o presente relatório do CLDS - 3ª Geração;
- b) considerando que este projeto é de relevante interesse municipal, apoiar a respetiva realização, mediante a atribuição à associação Vale Varosa - Associação de Desenvolvimento Local de um apoio financeiro de valor equivalente à contrapartida nacional devida pela mesma no âmbito da candidatura nº POISE-03-4232-FSE-000110, no montante de € 24.925,23 (vinte e quatro mil e novecentos e vinte e cinco euros e vinte e três cêntimos);
- c) aprovar a minuta do respetivo protocolo.

Foi ainda deliberado por unanimidade que este apoio é atribuído ao abrigo do disposto na alínea o) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09.

Nesta altura, o **Senhor José Damião Lopes Guedes de Melo** regressou à reunião.

PONTO 1 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, DO ORÇAMENTO MUNICIPAL E DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2019

Presentes, em cumprimento do disposto no artigo 45º da Lei nº 73/2013, de 03.09 e do ponto 2.3. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/2009, de 22.02, as seguintes propostas:

❖ Grandes Opções do Plano para o ano dois mil e dezanove, prevendo o montante definido de despesa para o próximo ano de € 8.662.000,00 (oito milhões e seiscentos e sessenta e dois mil euros), perfazendo o montante total previsto de € 9.883.500,00 (nove milhões e oitocentos e oitenta e três mil e quinhentos euros), contendo o Plano Plurianual de Investimentos e as atividades mais relevantes da gestão autárquica (Plano de Atividades Municipais), prevendo o primeiro um montante total definido de despesas de investimento, para o próximo ano, de € 3.795.450,00 (três milhões e setecentos e noventa e cinco mil e quatrocentos e cinquenta euros), perfazendo o montante total previsto de € 5.016.950,00 (cinco milhões e dezasseis mil e novecentos e cinquenta euros) e o segundo o montante total definido de despesa, para o próximo ano, de € 4.866.550,00 (quatro milhões e oitocentos e sessenta e seis mil e quinhentos e cinquenta euros), perfazendo igual o montante total previsto;

* Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de dois mil e dezanove, o qual apresenta uma previsão da receita igual à da despesa no montante total de € 16.800.690,00 (dezasseis milhões e oitocentos mil e seiscentos e noventa euros), sendo que € 12.498.845,00 (doze milhões e quatrocentos e

noventa e oito mil e oitocentos e quarenta e cinco euros), corresponde ao montante das receitas correntes e € 11.572.645,00 (onze milhões e quinhentos e setenta e dois mil e seiscentos e quarenta e cinco euros) corresponde ao montante de despesas correntes; e € 4.301.845,00 (quatro milhões e trezentos e um mil e oitocentos e quarenta e cinco euros), correspondente ao montante das receitas de capital e € 5.228.045,00 (cinco milhões e duzentos e vinte e oito mil e quarenta e cinco euros) corresponde ao montante das despesas de capital; e

*Mapa do pessoal para o ano de dois mil e dezanove.

Verificou-se que a proposta do Orçamento Municipal é composta pelos seguintes elementos:

*Quadro plurianual de Programação Orçamental;

*Relatório do Orçamento e Grandes Opções do Plano, contendo a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta (alínea a) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 03.09;

*Resumo do Orçamento;

*Mapa resumo das receitas e despesas do Município;

*Orçamento da receita e orçamento da despesa, desagregado segundo a classificação orgânica económica (alínea b) do n.º 1 do citado artigo 46.º);

*Mapa dos encargos anuais a satisfazer com a amortização de empréstimos;

* Equilíbrio orçamental;

* *Mapa das transferências para as Juntas de Freguesia - Delegação de competências;

*Articulado contendo as medidas para orientar a execução orçamental (alínea d) do n.º 1 do citado artigo 46.º);

* Mapa com a informação das entidades participadas pelo Município que são classificadas pelo Instituto Nacional de Estatística como "Serviços Autónomos da Administração Local", às quais foi solicitada a apresentação dos respetivos orçamentos para 2019, para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 2 do citado artigo 46.º;

* Mapa das entidades participadas pelo Município, identificadas pelo respetivo número de identificação fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente (alínea c) do n.º 2 do citado artigo 46.º);

* Mapa das responsabilidades financeiras resultantes de compromissos plurianuais; e

* Identificação e descrição das responsabilidades contingentes;

Verificou-se que a proposta das Grandes Opções do Plano é composta pelos seguintes elementos:

*Resumo das Grandes Opções do Plano, por funções;

*Resumo do Plano Plurianual de Investimentos;

*Resumo do Plano de Atividades Municipal;

*Plano Plurianual de Investimentos; e

*Plano de Atividades Municipal.



113
- Fl. *[Signature]*

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

2018/10/31

Verificou-se que os representantes dos partidos políticos da oposição foram notificados para serem ouvidos sobre a presente proposta em 18 de outubro corrente, tendo sido ouvidos os Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias e Ana Maria Silva Xavier Cardoso, bem como os membros da Assembleia Municipal, Carlos Alberto Cabral e José António Amaro Nunes.

O Senhor Presidente da Câmara, sobre a presente proposta, disse o seguinte:

"Começo por agradecer aos nossos colaboradores pelo trabalho e dedicação na elaboração deste documento, nomeadamente, à Divisão Administrativa e Financeira - Secção de Contabilidade, nas pessoas de Luísa Ramos, Isalina Pereira, Sandra Nunes, Célia Silva e Mário Teixeira.

Agradeço também ao Senhor Vice-Presidente pela responsabilidade que, como sempre, colocou na apresentação do Orçamento.

Aos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias e Ana Maria Silva Xavier Guerra, à mesa e aos líderes parlamentares do PSD e CDS da Assembleia Municipal o meu muito obrigada pelo vosso contributo.

Este documento apresenta projetos que consolidam o nosso território, cujo objetivo é melhorar a qualidade de vida das nossas gentes.

Queremos continuar a apoiar o desenvolvimento da agricultura, do turismo e do associativismo, contando com a parceria das Juntas de Freguesia.

Conto com os Senhores Vereadores, Presidentes de Junta, Presidentes das Associações do Concelho, Diretor Escolar, Diretor do Centro de Saúde, GNR, Santa Casa da Misericórdia, não esquecendo os nossos trabalhadores, para concretizar os objetivos que nos propomos.

Todos nós gostaríamos de ter um orçamento mais ambicioso, mas também temos consciência de que é necessária a devida compensação financeira ao Município, que nem sempre existe, exigindo maior contenção.

Agradeço mais uma vez a todos pelo trabalho feito na elaboração deste documento, mas gostaria, acima de tudo, de contar com a vossa colaboração no próximo ano.

Voto a favor da presente proposta."

Nesta altura, o Senhor Presidente da Câmara retirou-se da reunião, para comparecer numa reunião na CIMDouro, anteriormente agendada.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, na qualidade de Vice-Presidente, passou a presidir à reunião e, dando continuidade aos trabalhos, interveio sobre a proposta dos documentos previsionais para o ano 2019, tendo dito o seguinte:

"Início a minha intervenção com palavras de gratidão.

O primeiro agradecimento, muito especial, é dirigido a todos os colaboradores do Município que se empenharam na elaboração destes documentos, designadamente da área financeira.

Também um agradecimento pela confiança depositada em mim, por todos os membros do Executivo, na elaboração deste documento.

Um agradecimento aos Senhores Vereadores pelo contributo dado, à Mesa da Assembleia Municipal e aos líderes dos grupos municipais do PSD e CDS e a todos os Senhores Presidentes de Junta que também foram ouvidos.

Tal documento só é possível vir a ser deveras executado com o contributo de todos.

É um documento ambicioso. Provavelmente em cinco anos é o orçamento mais elevado que apresentamos nesta Câmara Municipal. Porque fomos pacientes e prudentes e esperamos que os fundos comunitários comessem a andar. Neste momento, a maioria dos investimentos têm financiamento a fundo perdido.

Destaco alguns dos investimentos previstos no Plano Plurianual de Investimentos que são uma mais valia para o Concelho:

- Zona ribeirinha de Tarouca, que está adjudicada e vai começar; zona ribeirinha de Ucanha que irá melhorar a atratividade daquele espaço e cujas obras foram iniciadas ontem; zona ribeirinha de Mondim da Beira, considerando a atratividade daquele polo aquático, deverá ser concretizada em 2019, porque provavelmente teremos mais verbas dos fundos comunitários, disponíveis para áreas de reabilitação urbana;

- Reabilitação do centro histórico de Tarouca: Alcáçima está a ficar muito bonita, com muita luz. Entretanto, decorrem os trabalhos na Praça 25 de Abril. A Rua do Castelo já teve intervenção, seguindo-se a zona que vai até ao Castanheiro do Ouro, pelo menos o passeio.

- Colocação do gradeamento junto ao Centro Paroquial de Tarouca;

- Transportes públicos;

- PROVERE: requalificação do Parque de Santa Helena e reabilitação da Igreja de S. Pedro. A Igreja de S. Pedro ficará a fazer parte dos roteiros do Vale do Varosa, com uma pessoa a tempo inteiro.

- Conservação do Mosteiro de Salzedas, em parceria com o Governo;

- Apresentada candidatura para reabilitação do órgão de S. João de Tarouca;

- Apresentada candidatura para todo o Douro sobre sinalética;

- Candidatura para a recolha seletiva - recolha porta a porta e a colocação de mais cem ecopontos.



2018/10/31

MUNICÍPIO DE TAROUCA**CÂMARA MUNICIPAL**

Este orçamento tem uma dependência muito grande das transferências do Orçamento de Estado, mas julgamos que seremos capazes de vir a fazer a melhor execução possível. Aguardamos com expectativa os resultados da votação do Orçamento do Estado, na especialidade, pois estamos um pouco apreensivos sobre quais são as políticas propostas para o interior. Os autarcas do interior têm como grande objetivo fixar as pessoas que cá estão, e se não houver política do Estado, esta tarefa é difícil, porque só há uma forma de fixar as pessoas: criando emprego.

Começa novamente esta tentativa de retirar serviços públicos do interior, que vai completamente em sentido contrário àquilo que tem vindo a ser falado em público.

Já tivemos oportunidade de falar sobre o Orçamento, em pormenor, com os Senhores Vereadores, por isso, estou disponível para qualquer esclarecimento."

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias disse o seguinte:

"Em relação ao Orçamento, como já disse desde que aqui estou como Vereador, é um documento que estabelece as políticas de quem tem o direito e a obrigação de administrar, por isso voto a favor.

É um documento com opções de quem tem o direito de as tomar. Mas, de facto, a questão da demografia é se calhar o maior problema que as Autarquias do "interior" enfrentam, embora não concorde com esta definição, até porque estamos mais perto do litoral do que da fronteira de Espanha.

Contudo, é evidente o abandono das nossas aldeias, que irá continuar, se não houver medidas da Administração Central para minimizar esses efeitos.

E vai continuar quando surgem encerramento de facto de serviços públicos. Podemos ter algum emprego, mas se nos tiram os serviços continuamos a ficar desequilibrados no que diz respeito à qualidade de vida.

O encerramento dos postos dos CTT é preocupante e convida, se calhar, a começar-se a pensar num plano B ou A, porque não há nenhum, isto no caso de sermos contemplados com esta má notícia.

Em relação ao orçamento municipal, penso que podia ser mais ambicioso, mas está realmente muito dependente dos fundos comunitários, que são sempre uma incógnita.

Verifica-se que a opção do Município, excluindo a Área de Acolhimento Empresarial, é muito focada nos "Parques", duplicando investimentos. Julgo que, embora possamos olhar para eles com simpatia, é mais um espaço de trabalho contínuo por parte da Autarquia. Deveremos estudar o impacto que possam vir a ter no futuro, mas não estou a ver que esses parques criem uma dinâmica que inverta os problemas antes apontados.

O Orçamento é o que é. Oxalá que os programas comunitários se desenvolvam de forma mais célere, porque nos últimos anos estamos ultrapassados em relação a concelhos vizinhos, onde a dinâmica é outra completamente diferente.

Para combater isso, julgo que o orçamento podia ser mais ambicioso, mas, como disse, respeito as opções de quem tem o direito de liderar e administrar as políticas do nosso Concelho e podem contar com o nosso apoio no sentido de trabalharmos para isso, embora as nossas opções fossem diferentes."

O Senhor Vice-Presidente disse o seguinte:

"Agradeço a confiança e a entrega dos Senhor Vereadores, porque sei bem que gostam e querem tão bem para Tarouca quanto nós.

Este documento representa opções políticas e estratégicas. Este documento tem como base a estratégia do programa Portugal 2020, CIMDouro, Associação de Municípios do Vale do Douro Sul e, obviamente, o programa eleitoral que foi a sufrágio nas eleições de 2017.

Por exemplo, a AAEL: sempre achamos que era um fator de desenvolvimento estratégico, mas não tivemos nenhum apoio, porque nem a CIMMDouro, nem a AMVDS a incluíram. Mas ainda assim avançámos.

Quanto aos Parques, a visão do Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias está desviada da visão real, porque o rio é uma riqueza natural, à qual nunca demos a atenção devida.

São inúmeros os concelhos que criaram estas zonas, fazendo delas polos de desenvolvimento. Nunca agarrámos o rio, apesar de ser algo que todos desejávamos.

Concordo quando diz que estamos perto do litoral, mas isso não chega. Mais do que isso, é importante o investimento público e temos vindo a perder ano após ano, tribunais, serviços públicos no interior. Resultado da ação do atual e dos anteriores Governos.

Por exemplo, o Orçamento de Estado prevê o apoio a empresas que se fixem no interior de cinquenta milhões de euros. Parece muito, mas para o Metropolitano de Lisboa prevê um apoio de quinhentos milhões de euros, ou seja, só para o Metro o apoio é dez vezes maior que para todo o interior.

Quanto aos CTT, para já não temos plano nenhum, nem A, nem B. Tarouca não está na lista, mas a minha expectativa é que se vier a acontecer pouco ou nada poderemos fazer. Fecham e não ouvem ninguém.

A AAEL é uma realidade. A economia circular está presente neste Orçamento Municipal, com políticas na rede urbana, na educação, na ação social, na agricultura.

Outro exemplo. Dos 100% de fundos comunitários destinados a regadios, tivemos 94% para o Alentejo e 6% para o resto do País!

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2018/10/31

Temos um projeto feito de uma represa destinada a rega agrícola, em Vilarinho, que poderá servir todo o concelho. Contudo, se não houver fundos não podemos executar a obra. Senhores Vereadores: alguma ideia que tragam estamos cá para a acolher se for possível realizar."

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias perguntou se é possível incluir no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano uma verba destinada à cobertura total do Concelho com rede de fibra ótica, porque os valores não são elevados, uma vez que, tanto quanto sabe, só faltam três freguesias e provavelmente estaria ao alcance do Município avançar.

O Senhor Vice-Presidente, em resposta, disse que sobre esse assunto dará mais alguns esclarecimentos na próxima reunião, porque tem agendada uma reunião na próxima semana com a empresa DST. Pretende ali abordar a questão colocada pelo Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias e analisar se poderá ser concretizada.

Concluiu dizendo que esperam sempre pelo fecho dos fundos comunitários, porque podem sobrar verbas para redistribuição, o que permitiria eventualmente complementar o projeto Tarouca Acessível com a rede de fibra ótica, apesar de o investimento ser elevado, estar em falta metade do concelho e a rentabilidade ser reduzida.

A Senhora Vereadora Ana Maria Silva Xavier Guerra disse que faz suas as palavras do Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias sobre a proposta dos documentos previsionais. Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade o seguinte:

- a) aprovar a presente proposta de Orçamento Municipal para o ano de dois mil e dezanove e respetivos anexos, a qual será submetida à aprovação da Assembleia Municipal;
- b) aprovar a presente proposta das Grandes Opções do Plano para dois mil e dezanove e respetivos anexos, a qual será submetida à aprovação da Assembleia Municipal;
- c) aprovar o mapa de pessoal para o ano de dois mil e dezanove, o qual será submetido à aprovação da Assembleia Municipal;
- d) aprovar as seguintes medidas para orientar a execução orçamental em 2019, constantes do articulado suprarreferido, a submeter à aprovação da assembleia municipal, sob a forma de proposta:

"ARTICULADO CONTENDO AS MEDIDAS PARA ORIENTAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A Lei n° 73/2013, de 03.09, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, fixa no capítulo IV as regras orçamentais, que incluem um novo calendário orçamental e a definição dos elementos do orçamento.

No artigo 46º daquele diploma prevê-se que o orçamento municipal inclui, entre outros, o articulado que contenha as medidas para orientar a execução orçamental.

Assim, nos termos da alínea d) do nº1 do artigo 46º da Lei nº73/2013, de 03.09, a Assembleia Municipal aprova, sob proposta da Câmara Municipal de 31.10.2018, o seguinte:

Artigo 1º

(Objeto)

Em cumprimento do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 46º da Lei nº 73/2013, de 03.09, são aprovadas as medidas para orientar a execução orçamental o ano 2019, as quais fazem parte integrante do orçamento municipal.

Artigo 2º

(Saneamento financeiro)

A execução orçamental deve dar cumprimento ao plano de saneamento financeiro em curso, aprovado pelos órgãos municipais em 2017, com as adaptações necessárias, nomeadamente as decorrentes de:

- a) alterações legislativas supervenientes que devam prevalecer sobre o mesmo;
- b) implementação de novas e ou complementares medidas de maximização da receita e de contenção da despesa corrente;
- c) acesso aos fundos comunitários para novos investimentos municipais, desde que não impliquem prejuízo para o cumprimento dos objetivos de redução da dívida total aprovados.

Artigo 3º

(Autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação)

1.A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21.06 e para efeitos de aplicação da alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21.02 (LCPA), por razões de simplificação e celeridade processual, dá autorização prévia genérica à assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira, excluindo os compromissos já autorizados em exercícios anteriores, até aos seguintes montantes máximos:

2020: € 5 378 740,00

2021: € 3 276 841,00 e

2022: € 509 630,00.

2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e cumpridos os demais requisitos legais de realização de despesas.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2018/10/31

3. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.

Artigo 4º**(Delegação de competência no Presidente da Câmara)**

A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no nº3 do artigo 6º da LCPA, delega no Presidente da Câmara Municipal a competência para assumir compromissos plurianuais, nos casos em que o respetivo valor seja inferior a € 99 759,58.

Artigo 5º**(Atualização da tabela de taxas municipais)**

Ao abrigo do disposto no nº1 do artigo 9º da Lei nº 53-E/2006, de 29.12, a Tabela de Taxas Municipais, publicada no Diário da República, 2ª série, nº135, de 14.07.2010, é atualizada, em 2019, em 1,4%, de acordo com a projeção da taxa de inflação indicada no Relatório da Proposta do Orçamento do Estado para o próximo ano.

Artigo 6º**(Autorização genérica com limites à concessão de isenções e reduções fiscais)**

1. Para efeitos do disposto no nº2 do artigo 16º da Lei nº 73/2013, de 03.09, é autorizada a concessão de isenções e reduções de taxas municipais, nos termos previstos no Regulamento Municipal de Taxas Municipais, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 135, de 14.07.2010, até aos seguintes montantes:

a) Serviços, atividades e licenciamentos diversos: € 1 000;

b) Edificação e urbanização: € 12 500,00;

c) Utilização, aproveitamento e ocupação de espaços e bens do domínio público e privado municipal: € 40 000,00.

2. Os montantes fixados no número anterior resultam do cálculo efetuado pelos serviços municipais, com base nas isenções e reduções concedidas em 2018 e nas previstas para 2019.

3. A atribuição das isenções e reduções fiscais deve ser precedida de prévio enquadramento nas normas do regulamento municipal e visam:

a) incentivar a fixação de famílias no concelho, em especial nas zonas históricas;

b) apoiar as famílias com menores recursos financeiros;

b) incentivar a fixação de empresas e os pequenos produtores agrícolas;

c) incentivar a prática desportiva e a utilização dos equipamentos de utilização coletiva existentes, por munícipes de todos os escalões etários;

d) incentivar a realização de eventos culturais, desportivos ou outros, com interesse para a população local

e que contribuam para a dinamização e divulgação das potencialidades do concelho;

e) apoiar instituições particulares de solidariedade social e outras entidades, na realização de atividades de natureza social, educativa, cultural ou desportiva, com interesse para a população local.

Artigo 6º

(Administração direta)

Ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 18º do Decreto-lei nº 197/99, de 08.06 é autorizada a execução por administração direta de obras constantes do Plano Plurianual de Investimentos para 2019, até ao valor de € 250 000,00, por cada uma.

Artigo 7º

(Abertura de procedimentos de contratação pública com encargos em mais de um ano económico)

É autorizada a abertura de procedimentos de contratação pública relativos a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, quando:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; ou
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos, nos termos previstos no artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 08.06.

Artigo 8º

(Taxa Municipal de Direitos de Passagem)

É aprovada a cobrança da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), prevista na alínea b) do nº 2 do artigo 106º da Lei nº 5/2004, de 10.02, alterada pela Lei nº 82-B/2014, de 31.12 e pela Lei nº 127/2015, de 03.09, para vigorar em 2019, a qual será determinada com base na aplicação do percentual de 0,25% sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais da área do Município de Tarouca.

Artigo 9º

(Implementação da norma de controlo interno)

Os serviços municipais procedem, em 2019, à implementação do regulamento do controlo interno."

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade para produzir efeitos imediatos.

PONTO 2 -CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ORÇAMENTO DE 2019, EM REGIME DE CONTA-CORRENTE, PARA OCORRER A DIFICULDADES DE TESOURARIA, ATÉ AO MONTANTE DE € 400.000,00 - PROPOSTA

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

CÂMARA MUNICIPAL

2018/10/31

Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve:

"CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO, NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ORÇAMENTO DE 2019, EM REGIME DE CONTA-CORRENTE, ATÉ AO MONTANTE DE € 400 000

PEDIDO DE PROPOSTAS (Nº 2 DO ARTIGO 49º E ARTIGO 50º DA LEI Nº 73 /2013, DE 03.09)

PROPOSTA

De acordo com a lei do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei nº 73/2013, de 03.09), os municípios podem contrair empréstimos de curto prazo, com prazo de maturidade até um ano (nº 2 do artigo 49º).

A assembleia municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar, na sua sessão anual de aprovação do orçamento, a aprovação de todos os empréstimos de curto prazo que o município venha a contrair durante o respetivo período de vigência.

A mencionada proposta é obrigatoriamente acompanhada de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município (nº 5 do artigo 49º e 2 do artigo 50º).

Assim,

para efeitos de instrução da proposta de deliberação da aprovação da contratação de um empréstimo de curto prazo, no ano de 2019, com a finalidade de ocorrer a eventuais dificuldades de tesouraria, **PROPONHO** a V. Exas. que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista ccc) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12.09, delibere solicitar propostas às instituições bancárias abaixo indicadas, nas seguintes condições:

- ❖ Valor da abertura de crédito de curto prazo, em regime de conta-corrente: **até ao montante de € 400.000,00;**
- ❖ Prazo de amortização: **até 31 de dezembro de 2019;**
- ❖ Empréstimo a funcionar em regime de conta corrente, ou seja, o montante máximo do capital utilizado não poderá exceder, em cada momento, €400 000,00;
- ❖ Reembolso de capital em qualquer momento;
- ❖ Isenção da comissão de liquidação antecipada total ou parcial;
- ❖ Isenção de comissão de gestão;
- ❖ Pagamento de juros mensais;
- ❖ Formalização de utilização: pedidos de libertação de fundos mediante pedido escrito.

As propostas deverão indicar a **taxa de juro, o "spread", todas as despesas, incluindo comissões de cobrança, e o prazo de validade.**

Entidades bancárias a consultar:

- Banco BPI, SA;
 - Caixa Geral de Depósitos, SA;
 - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL;
- Tarouca, 24 de outubro de 2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira".

O **Senhor Vice-Presidente** informou que esta proposta é similar à apresentada no ano anterior, salientando que o empréstimo a contratar deve ser integralmente amortizado até 31 de dezembro.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e, com fundamento na mesma, solicitar propostas às instituições bancárias abaixo indicadas, nas seguintes condições:

- ☐ Valor da abertura de crédito de curto prazo, em regime de conta-corrente: até ao montante de € 400.000,00;
- ☐ Prazo de amortização: até 31 de dezembro de 2019;
- ☐ Empréstimo a funcionar em regime de conta corrente, ou seja, o montante máximo do capital utilizado não poderá exceder, em cada momento, €400 000,00;
- ☐ Reembolso de capital em qualquer momento;
- ☐ Isenção da comissão de liquidação antecipada total ou parcial;
- ☐ Isenção de comissão de gestão;
- ☐ Pagamento de juros mensais;
- ☐ Formalização de utilização: pedidos de libertação de fundos mediante pedido escrito.

As propostas deverão indicar a taxa de juro, o "spread", todas as despesas, incluindo comissões de cobrança, e o prazo de validade.

Entidades bancárias a consultar:

- Banco BPI, SA;
- Caixa Geral de Depósitos, SA;
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade para produzir efeitos imediatos.

PONTO 3 - FIXAÇÃO DO VALOR DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS INCIDENTE SOBRE PRÉDIOS URBANOS, RESPEITANTE AO ANO DE 2018 A LIQUIDAR EM 2019, E REDUÇÃO DESTA TAXA NOS CASOS DE PRÉDIOS DE SUJEITOS PASSIVOS COM DEPENDENTES A CARGO - PROPOSTA

Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve:

"FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS INCIDENTE SOBRE PRÉDIOS URBANOS, RESPEITANTE AO ANO DE 2018 A LIQUIDAR EM 2019, E REDUÇÃO DESTA TAXA NOS CASOS DE PRÉDIOS DE SUJEITOS PASSIVOS COM DEPENDENTES A CARGO

(alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09 e n.º 5 do artigo 112.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 112.º-A do CIMI)



118
Fl.

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

2018/10/31

PROPOSTA

A fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) que incide sobre os prédios urbanos deve ser objeto de deliberação anual da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal.

De acordo com o n° 1 do artigo 112° do respetivo Código (CIMI), aprovado pelo Decreto - Lei n° 287/2003, de 12.11, as taxas são as seguintes:

- . prédios rústicos: 0,8%;
- . prédios urbanos: de 0,3% a 0,45%.

(redação atual do n° 1 do artigo 112°, dada pela Lei n° 7-A/2016, de 30 de março).

Por outro lado, a referida Lei n° 7-A/2016, de 30.03 aditou ao Código o IMI o artigo 112°-A, que prevê no n°1 a possibilidade de os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixarem uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar.

Assim, considerando que:

1. Em 2012, foi efetuada a Avaliação Geral dos Prédios Urbanos que teve como consequência o aumento generalizado do valor patrimonial dos prédios urbanos.

2. Impõe-se aos municípios do interior, como é o caso de Tarouca, a criação de condições para fixar famílias e empresas, através da aplicação de medidas que se traduzam numa vantagem competitiva em relação aos municípios do litoral.

3. O montante do imposto a pagar, em especial, pela habitação própria ou pelos estabelecimentos produtivos constituiu um fator decisivo para o desenvolvimento local.

4. As razões de justiça, equidade e de incentivo subjacentes à decisão, tomada em anos anteriores, de manter a taxa do IMI a aplicar aos prédios urbanos.

5. A redução da taxa de IMI incidente sobre prédios urbanos, atendendo ao número de dependentes a cargo do sujeito passivo do imposto, referente a imóvel destinado a habitação própria e permanente, não tem impacto significativo nas contas do Município.

6. Pelo contrário, aquela medida terá efeitos positivos no rendimento disponível de cada família, em especial daquelas com maior número de dependentes, contribuindo para a fixação de novos agregados familiares no concelho e constituindo um importante incentivo à natalidade,

PROPONHO a V. Exas. que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n° 1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, propor à Assembleia Municipal, que no uso da competência prevista na alínea d) do n° 1 do artigo 25° do mesmo diploma, decida o seguinte:

a) nos termos do n°5 do artigo 112° do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, fixe a seguinte taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2018 a liquidar em 2019: 0,3%.

b) nos termos dos n°s 1 e 2 do artigo 112°-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aditado pela Lei n° 7-A/2016, de 30.03, fixe a seguinte redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2018 a liquidar em 2019, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

Paços do Município, 23 de outubro de 2018

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e, com fundamento na mesma, propor à Assembleia Municipal, que no uso da competência prevista na alínea d) do n° 1 do artigo 25° do mesmo diploma, decida o seguinte:

a) nos termos do n°5 do artigo 112° do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, fixe a seguinte taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2018 a liquidar em 2019: 0,3%.

b) nos termos dos n°s 1 e 2 do artigo 112°-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aditado pela Lei n° 7-A/2016, de 30.03, fixe a seguinte redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2018 a liquidar em 2019, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40



Fl. 119

2018/10/31

MUNICÍPIO DE TAROUCA**CÂMARA MUNICIPAL**

3 ou mais	70
-----------	----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade para produzir efeitos imediatos.

PONTO 4 - PROJETOS DOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DE REABILITAÇÃO URBANA (PERU'S) DA SEDE DO CONCELHO, DE UCANHA E GOUVIÃES, DE SALZEDAS, DE S. JOÃO DE TAROUCA E DO OUTEIRO - PROPOSTA

Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve:

"PROJETOS DOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DE REABILITAÇÃO URBANA (PERU's) DA SEDE DO CONCELHO, DE UCANHA E GOUVIÃES, DE SALZEDAS, DE S. JOÃO DE TAROUCA E DO OUTEIRO

PROPOSTA

"A reforma do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana operada pela Lei n° 32/2012, de 14 de agosto (RJRU), veio estabelecer medidas que visam agilizar e dinamizar a reabilitação urbana.

No atual quadro de significativa degradação das nossas áreas urbanas antigas, o desenvolvimento de ações de reabilitação e de regeneração urbana devem constituir uma prioridade das políticas públicas nacionais e locais.

A operacionalização destas ações passa pela capacidade em preparar a delimitação de áreas de reabilitação urbana e pela posterior aprovação das suas operações de reabilitação urbana.

A legislação define Área de Reabilitação Urbana (ARU) como sendo a área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma Operação de Reabilitação Urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana.

Operação de Reabilitação Urbana (ORU) é o conjunto articulado de intervenções, que, de uma forma integrada, visam a reabilitação urbana de uma determinada área.

A cada ARU corresponde uma ORU (n° 4 do artigo 7° do RJRU).

Se a ORU se dirige principalmente à reabilitação do património edificado, é enquadrada por uma **ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO** e adota a designação de ORU SIMPLES. Quando a ORU envolve, não só a reabilitação do edificado, mas também a qualificação das infraestruturas, dos equipamentos, dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, tem associado um programa de investimento público, e é enquadrada por um **PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO**, adotando a designação de ORU SISTEMÁTICA.

A delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana determina a assunção pelo Município da necessidade de congregar nessa área, um conjunto de intervenções e investimentos integrados, em consequência de uma estratégia previamente definida, assegurando a salvaguarda do património edificado e o desenvolvimento sustentável do respetivo território. A aprovação da delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana obriga o Município a definir os benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, a conceder aos proprietários e detentores de direitos sobre o património edificado, objeto das ações de reabilitação urbana [artigo 14º].

No caso de o Município optar por uma Operação de Reabilitação Urbana Sistemática, a sua aprovação constitui causa de utilidade pública para efeitos de expropriação, venda forçada ou constituição de servidões.

Quando a aprovação da ORU é feita por via de Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana, o processo de elaboração, acompanhamento e aprovação do Plano de Pormenor, será desenvolvido de acordo com a tramitação estabelecida no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território, com as especificidades previstas na Secção IV.”¹

Neste contexto,

Em 29.02.2016, a Assembleia Municipal deliberou aprovar, mediante proposta da Câmara Municipal, a delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana da sede do Concelho e seu centro histórico, de Ucanha e Gouveias, de Salzedas, de S. João de Tarouca e de Outeiro.

Agora, e porque o Município pretende não só a reabilitação do edificado, mas também a qualificação das infraestruturas, dos equipamentos, dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, e porque tem para isso, não só associado um programa de investimento público, como benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, a conceder aos proprietários e detentores de direitos sobre o património edificado, no quadro do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana, e das ORU's SISTEMÁTICAS, elaborou e propõe agora para aprovação para cada uma das ARU's, os correspondentes PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DE REABILITAÇÃO URBANAS.

Com os PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DE REABILITAÇÃO URBANAS pretende-se constituir um documento estratégico global e integrado, capaz de assegurar, no espaço e no tempo, uma adequada articulação dos agentes e das ações, assim como uma utilização eficaz dos mecanismos e recursos mobilizáveis. A estratégia de intervenção assenta no conceito de um funcionamento em rede que valoriza e potencia a memória e o património arquitetónico, cultural e natural. A face

¹ In Manual de Apoio – Processos de delimitação e de aprovação de Áreas de Reabilitação Urbana e de Operações de Reabilitação Urbana, IHRU, abril de 2013



120
Fl. *[Signature]*

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

2018/10/31

operacional desta visão de futuro traduz-se no conjunto de ações propostas, que refletem as opções fundamentais de organização territorial a médio/longo prazo e que permitirão a Tarouca ser mais qualificada e competitiva, e que traduzem uma resposta concreta e detalhada aos desafios e às oportunidades detetadas, distinguindo-se pela sua capacidade de alavancar o desenvolvimento sustentado dos vários territórios e impulsionar um processo, que inclui, na sua objetiva, regenerar, revitalizar e renovar os seus núcleos históricos e a melhoria das condições urbanas, ambientais, económicas e sociais de Tarouca.

Com fundamento no exposto, **proponho a V.Exas que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista no nº1 do artigo 17º do Decreto-Lei nº 307/2009, de 23.10, na sua redação atual, delibere aprovar:**

1.O projeto do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a execução da Operação de Reabilitação Urbana da Sede do Concelho;

2. O projeto do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a execução da Operação de Reabilitação Urbana de Ucanha e Gouviães;

3. O projeto do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a execução da Operação de Reabilitação Urbana de Salzedas;

4. O projeto do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a execução da Operação de Reabilitação Urbana de S. João de Tarouca;

5.O projeto do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a execução da Operação de Reabilitação Urbana do Outeiro.

Os referidos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana, vão anexos à presente proposta e estão organizados de acordo com o disposto no artigo 33º do citado diploma.

6. Remeter os referidos projetos ao Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, para emissão de parecer não vinculativo, nos termos do nº3 do citado artigo 17º; e

7. Submeter os referidos projetos a consulta pública durante o período de 20 dias, anunciado com a antecedência mínima de cinco dias, nos termos previstos no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14.05, em especial no seu artigo 89º.

Tarouca, 23.10.2018

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Vice-Presidente disse que os projetos apresentados resultam de um trabalho de fundo, tendo sido feito um levantamento do edificado, do mobiliário urbano, etc, e que

o foco se dirige à atração das pessoas para os centros históricos e na melhoria da sua qualidade de vida.

Salientou que estes Programas Estratégicos prevêem, como dizia o Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias, parques, mas há um conjunto de outros eixos que não podem ser descurados, conforme previsto nos mapas de investimentos, que leu em voz alta, tentando-se com isso motivar os privados e trazê-los para Tarouca para fazerem investimentos.

Referiu ainda o conjunto de benefícios fiscais para quem adira, salientando: isenção do IMI; isenção de taxas para operações de reabilitação urbana; IVA das empreitadas baixa de 23% para 6%; dedução à coleta do IRS, além de que é possível obter junto do IFRRU financiamento/empréstimos em condições muito vantajosas

Concluiu dizendo que esta é a forma que o Município, com a parte fiscal que lhe cabe, motivar quem aceita partir para a reabilitação urbana, estando convicto de que este é o caminho para fixar população nos centros históricos.

A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira disse o seguinte:

"As Áreas de Reabilitação Urbana (ARU's) foram aprovadas pelos órgãos municipais há dois anos, e estão associadas aos apoios, nomeadamente de candidaturas.

A Câmara Municipal só podia candidatar-se à requalificação do espaço público se tivesse as ARU's.

Os benefícios já existem, o que temos é que incentivar as pessoas a aderirem.

Penso que os benefícios associados são muito atrativos, só o IVA das empreitadas já é muito bom.

É a primeira vez que existe tanto apoio à reabilitação urbana. Continuamos a incentivar os empreendedores para arrendarem, venderem, o apoio não se perde. É um incentivo ao investimento."

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias disse o seguinte:

"De facto estes planos são um trabalho interessante e positivo, só é pena não abrangerem todos os centros históricos, por exemplo, Mondim de Cima e Várzea da Serra.

Mondim de Cima foi sede do Concelho e tem edifícios históricos. O centro de Mondim da Beira não é uma zona degradada em termos urbanísticos.

Julgo que estes planos são interessantes, mas são planos para ir desenvolvendo, porque temos o grave problema de 100% por cento das habitações serem privadas, com casas pequenas nos centros históricos.

Temos vindo a verificar o regresso de algumas pessoas que partiram para os grandes centros ou emigraram. Esses sim têm muita vontade de recuperar e estes programas são motivadores.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2018/10/31

Se um programa destes não incentivar as pessoas, dificilmente outros o farão.

É muito positivo. Vamos aproveitar e divulgar a sério, para que as pessoas compreendam o que significa e aproveitem."

O Senhor Vice-Presidente disse o seguinte:

"Ao nível de divulgação vamos fazê-lo.

É um documento que vai para discussão pública.

Começamos a ver já resultados destas políticas. Em Salzedas começamos a ter uma boa parte recuperada e em Ucanha e Tarouca o mesmo. Estou convencido de que as pessoas vão aproveitar.

Por fim, salientar que Tarouca foi dos únicos municípios que apresentou cinco Áreas de Reabilitação Urbana, sendo eu maior parte apenas tem uma ou duas áreas identificadas, no entanto apresentou o desafio a Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira a agarrar tudo o que é reabilitação urbana, porque não fazer um regulamento para Mondim de Cima e Várzea da Serra que preveja pelo menos alguns desses benefícios?"

A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira disse o seguinte:

O nosso regulamento de taxas já prevê a solicitação da redução de taxas pela realização de operações urbanísticas, nomeadamente nos aglomerados antigos, no entanto, não impedindo que se possam vir a desenvolver outros incentivos. Nesta data temos propostas/aprovadas cinco Áreas de Reabilitação Urbana (ARU's), que tal como referido em tempos na assembleia, desenvolvidas nas áreas atualmente com maior afluência de pessoas, em termos turísticos ou de lazer, mas que não retira a possibilidade de desenvolver incentivos aos restantes aglomerados do concelho

Terminada a discussão do assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar o seguinte:

- 1.O projeto do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a execução da Operação de Reabilitação Urbana da Sede do Concelho;
2. O projeto do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a execução da Operação de Reabilitação Urbana de Ucanha e Gouveães;
3. O projeto do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a execução da Operação de Reabilitação Urbana de Salzedas;
4. O projeto do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a execução da Operação de Reabilitação Urbana de S. João de Tarouca;

5.O projeto do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a execução da Operação de Reabilitação Urbana do Outeiro.

Os referidos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana, vão anexos à presente proposta e estão organizados de acordo com o disposto no artigo 33º do citado diploma.

6. Remeter os referidos projetos ao Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, para emissão de parecer não vinculativo, nos termos do nº3 do citado artigo 17º; e

7. Submeter os referidos projetos a consulta pública durante o período de 20 dias, anunciado com a antecedência mínima de cinco dias, nos termos previstos no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14.05, em especial no seu artigo 89º.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade para produzir efeitos imediatos.

PONTO 5 - CESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO BAR E RESTAURANTE DA PISCINA MUNICIPAL DE TAROUCA - ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"CESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO BAR E RESTAURANTE DA PISCINA MUNICIPAL DE TAROUCA

ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO

PROPOSTA

Em 04.12.2008, foi celebrado o contrato de cessão de exploração do bar e restaurante da Piscina Municipal de Tarouca, cujo prazo de vigência - inicialmente de dois anos - tem vindo a ser renovado por iguais e sucessivos períodos de um ano.

O edifício de rés-do-chão e andar, destinado a estabelecimento de restauração e bebidas, faz parte integrante do Centro Desportivo Municipal, sito no Lugar de Souto do Mercado, freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, que é um prédio urbano inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 2392º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Tarouca sob o nº 2957 de 12.12.2006 e ali inscrito a favor do Município pela Apresentação nº 2 da mesma data.

Decorrida uma década, impõe-se submeter à concorrência a exploração deste estabelecimento, tendo em vista, por um lado, obter as melhores condições para o Município e, por outro lado, permitir a todos os potenciais interessados a apresentação de propostas.

Assim,

proponho a V.Exas que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea g) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, delibere:

1. Abrir concurso público para cessão da exploração do bar/restaurante da Piscina Municipal de Tarouca, pelo prazo

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2018/10/31

de 2 anos, renovável por iguais e sucessivos períodos de 1 ano, até ao limite máximo de 5 anos;

2. Fixar o respetivo preço base em € 406,50€, a que acresce o IVA à taxa de 23%, perfazendo o encargo total de € 500,00;

3. Aprovar o regulamento do concurso;

4. Aprovar a seguinte composição da comissão que elaborará o relatório de análise das propostas:

Presidente: Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos, Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira;

Vogais efetivos: Paulo Jorge Ribeiro Pimenta, Chefe de Divisão de Obras Municipais, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos, e Ana Maria Guerra Borges, Técnica Superior;

Vogais suplentes: Paulo Jorge Chaves Guedes, Técnico Superior e Vasco Manuel Guedes Teixeira, Técnico Superior.

Tarouca, 24.10.2018

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Vice-Presidente informou que o contrato em vigor dura à cerca de dez anos e que se está a propor a abertura de novo concurso, mantendo o preço que se aplica atualmente, com uma alteração relativamente aos encargos que passam para o cessionário, entre eles o gás, isto porque noutros tempos só havia um depósito, que fornecia todo o complexo. Neste momento, é possível colocar um contador só para o restaurante/bar, uma vez que as piscinas são aquecidas a pellets.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e com fundamento na mesma:

1. Abrir concurso público para cessão da exploração do bar/restaurante da Piscina Municipal de Tarouca, pelo prazo de 2 anos, renovável por iguais e sucessivos períodos de 1 ano, até ao limite máximo de 5 anos;

2. Fixar o respetivo preço base em € 406,50€, a que acresce o IVA à taxa de 23%, perfazendo o encargo total de € 500,00;

3. Aprovar o regulamento do concurso;

4. Aprovar a seguinte composição da comissão que elaborará o relatório de análise das propostas:

Presidente: Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos, Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira;

Vogais efetivos: Paulo Jorge Ribeiro Pimenta, Chefe de Divisão de Obras Municipais, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos, e Ana Maria Guerra Borges, Técnica Superior;

Vogais suplentes: Paulo Jorge Chaves Guedes, Técnico Superior e Vasco Manuel Guedes Teixeira, Técnico Superior.

PONTO 6 - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA PREENCHIMENTO DE 4 POSTOS DE TRABALHO DA CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR, DESTINADO A CANDIDATOS COM E

**SEM VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO
PREVIAMENTE CONSTITUÍDO - PROPOSTA**

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA PREENCHIMENTO DE 4 POSTOS DE TRABALHO DA CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR, DESTINADO A CANDIDATOS COM E SEM VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PREVIAMENTE CONSTITUÍDO

PROPOSTA

No mapa de pessoal desta Município, para 2018, aprovado pela Assembleia Municipal em sessão 15.12.2017, posteriormente alterado 23.02.2018, estão previstos e não ocupados os seguintes postos de trabalho da carreira e categoria de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado:

- 1 Técnico Superior na área de formação académica: Ciências da Educação

Unidade orgânica: Presidente/ Serviço de Ação Social e Saúde;

- 1 Técnico Superior na área de formação académica de Sociologia

Unidade orgânica: Presidente/Serviço de Ação Social e Saúde;

- 1 Técnico Superior na área de formação académica de Bioengenharia -

Unidade orgânica: Divisão de Gestão Urbanística e do Ambiente/ Gabinete do Ambiente, Qualidade e Desenvolvimento Local; e

- 1 Técnico Superior na área de formação académica de Engenharia Química

Unidade orgânica: Divisão de Gestão Urbanística e do Ambiente/ Gabinete do Ambiente, Qualidade e Desenvolvimento Local.

Os referidos postos de trabalho são necessários à execução de atividades permanentes dos respetivos serviços, nas áreas da ação social, ambiente, qualidade e desenvolvimento local, competindo-lhes, nomeadamente, funções consultivas, de estudo, planeamento e programação, que fundamentam e preparam a decisão e a elaboração de pareceres, na respetiva área de formação.

Considerando:

a) Que estão reunidos os requisitos legalmente fixados, para a abertura do procedimento concursal, tendo em vista o preenchimento destes postos de trabalho;

b) a urgência no preenchimento deste posto de trabalho, pois inexistem outros técnicos superiores qualificados e disponíveis para assegurar a execução das referidas funções, que são indispensáveis ao normal funcionamento dos serviços municipais,

Proponho a V. Exas. que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista no n° 1 do artigo 9° e para

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2018/10/31

efeitos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3.09 e ainda nos termos dos n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20.06, promover o recrutamento de 4 trabalhadores para ocupação de 4 posto de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior nas áreas de formação académica Ciências da Educação, Sociologia, Bioengenharia e Engenharia Química, previstos e não ocupados no mapa de pessoal deste Município, através da abertura de procedimento concursal comum com vista à constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, a que, devido às mencionadas circunstâncias excecionais, podem concorrer candidatos com e sem vínculo jurídico de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído.

Paços do Município, 24 de outubro de 2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada de uma informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, sobre o cumprimento dos requisitos exigidos para abertura do procedimento concursal.

O Senhor Vice-Presidente informou que: estes postos de trabalho já se encontram previstos no mapa de pessoal do corrente ano, dando-se assim cumprimento ao mesmo; um dos trabalhadores vai integrar a equipa do Plano de Combate ao Insucesso Escolar, sendo o elo de ligação entre a Escola e o Município; dois técnicos destinam-se à área do ambiente, permitindo cessar a avença atualmente existente destinada à manutenção das Etar's, no valor de € 3 500,00 por mês.

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias disse o seguinte:

"Quanto vi esta proposta veio-me à ideia o seguinte: a nossa Câmara Municipal, de entre os municípios vizinhos, é das que tem mais funcionários, com uma despesa enorme em termos de recursos humanos.

Não sei, vocês estão cá e sabem melhor das necessidades, mas parece-me que quatro técnicos correspondem a cerca de €70.000,00 por ano e parece-me que existem áreas onde este investimento seria muito mais rentável. Não estamos a falar dos precários, nem a reparar injustiças.

Julgo que a Câmara Municipal podia evitar um custo que é permanente, com mais quatro postos de trabalho, sem ter a real noção do serviço. É um investimento grande que julgo que irá engrossar os custos com pessoal, que não estou seguro que se justifique e, por isso, não voto a favor."

O Senhor Vice-Presidente disse o seguinte:

"A minha visão é outra, quando falamos de recursos humanos. É um encargo que é um investimento e mais de 50% do encargo

advém de uma poupança com um contrato que temos e que vai acabar.”

A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira disse o seguinte:

“Quando falamos de custos suportados com funcionários, também muitas das vezes a proporção não se pode fazer assim, em relação às outras Câmaras Municipais.

Quando dizem que as outras Câmaras Municipais têm menos funcionários também é preciso ver que muitos serviços são executados por entidades externas, como por exemplo, os espaços verdes, enquanto nós fazemos com os nossos trabalhadores.

Só poderia afiançar isso se eu conhecesse os serviços externos adjudicados por outros Municípios, substituindo a admissão de pessoal, por contratação de serviços a empresas.”

O Senhor Vice-Presidente disse o seguinte:

“Há vinte anos atrás fazia parte da Assembleia Municipal e critiquei muitas vezes a contratação excessiva de funcionários. Hoje penso que a contratação é uma forma de fixação das pessoas. E se compararmos com outros concelhos, em que há “outsourcings”, não têm trabalhadores no mapa, mas eles estão lá de facto.

Acontece o mesmo connosco com a Luságua, por exemplo.”

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias disse o seguinte:

“Hoje o que verificamos é que empresas privadas e públicas o que fazem é outsourcing, porque é mais eficiente, fica mais barato. Compreende-se. O funcionário não custa só o vencimento, custa a obrigação da ligação (doença, subsídios, etc.). Mas a explicação que está a dar Senhor Vice-Presidente é só para justificar os técnicos do ambiente. Na área da educação, não há justificação, porque já temos técnicos professores que o podem fazer.

O outsourcing tem a vantagem de que hoje existe e amanhã não.”

Discutido o assunto, foi deliberado aprovar a presente proposta e, com fundamento na mesma, promover o recrutamento de quatro trabalhadores para ocupação de quatro postos de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior nas áreas de formação académica Ciências da Educação, Sociologia, Bioengenharia e Engenharia Química, previstos e não ocupados no mapa de pessoal deste Município, através da abertura de procedimento concursal comum com vista à constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, a que, devido às mencionadas circunstâncias excepcionais, podem concorrer candidatos com e sem vínculo jurídico de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído, por maioria de dois votos a favor do Senhor Vice-Presidente e da Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, por dois votos a favor dos Senhores

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2018/10/31

Vereadores José Damião Lopes Guedes de Melo e Susana Cristina Dias Pereira, tendo o primeiro usado o voto de qualidade, e dois votos contra dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias e Ana Maria Silva Xavier Guerra, que declararam votar contra com fundamento nas razões constantes da intervenção do primeiro, e atrás transcrita.

PONTO 7 - ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE TAROUCA - PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE PROTOCOLO PARA O ANO DE 2019

Presente o ofício número sessenta e oito, de dezassete de outubro último, remetido pela Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Tarouca, solicitando a renovação do protocolo para manutenção das Equipas de Intervenção Permanente durante o ano de dois mil e dezanove.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara propôs a renovação do protocolo, por mais um ano, salientando que os Bombeiros Voluntários de Tarouca são dos mais apoiados pelo Município, no distrito de Viseu, com uma verba mensal de dez mil euros, que nunca falha, pois também eles nunca falham com a autarquia nem com os nossos cidadãos.

Por fim, reiterou que é um dever do Executivo continuar a apoiar a Associação Humanitária, na certeza de que continuarão a fazer um excelente trabalho e de que a Equipa de Intervenção Permanente manterá a sua eficiência.

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias disse que se há apoio a alguma associação que valha a pena e faz sentido, é este. Salientou que, hoje, os Tarouquenses já não se imaginam sem os Bombeiros e o conforto que dá no dia a dia saber que existem ali aquelas pessoas, dedicadas, que trabalham muito bem. Não há nada que pague essa segurança. Concluiu dizendo que está por isso cem por cento de acordo, porque é um apoio mais do que justificado.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que o apoio a todo o movimento associativo é um apoio de valor, mas, naturalmente, os Bombeiros são pessoas que entregam a sua vida a uma causa que merece especial atenção.

Disse ainda que é um custo grande para a Autarquia, substituindo aquilo que deveria ser uma competência da Administração Central, e embora ouça nas Assembleias Gerais da Associação que, hoje, o apoio do Município já não é tão preciso como era antes, afirmações com as quais não se revê e por isso concorda plenamente com este protocolo.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade renovar o protocolo celebrado com Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tarouca, que tem por objeto a cooperação destinada ao funcionamento do Serviço Especial de Socorro, que inclui a Equipa de Intervenção Permanente e a Estrutura Logística a ela associada e atribuir para esse efeito um subsídio no montante de € 120.000,00 (cento e

vinte mil euros), pago em prestações mensais de €10.000,00 (dez mil euros) para manutenção das Equipas de Intervenção Permanente, de janeiro a dezembro de dois mil e dezanove, renovável por idêntico período, desde que previamente solicitado.

Foi ainda deliberado por unanimidade aprovar a minuta do respetivo protocolo e que esta deliberação produzirá efeitos a partir do dia 1 de janeiro próximo.

PONTO 8- ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE LICENÇA - RATIFICAÇÃO

Foi deliberado por unanimidade ratificar a isenção de pagamento da seguinte licença, ao abrigo da alínea a) do nº1 do artigo 5º do Regulamento das Taxas Municipais:

a) Associação Social do Castanheiro do Ouro - Licença especial de ruído para a realização da Festa de Finalistas/2018, no valor de € 32,55.

PONTO 9- PROCESSO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO COM OBRAS DE URBANIZAÇÃO 91/18 - REQ. LUÍS DE MELO TEIXEIRA - LUGAR - QUINTA DA CERCA - PEDIDO: OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO COM OBRAS DE URBANIZAÇÃO

Presente a proposta da Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, que a seguir se transcreve:

"PROPOSTA DE DECISÃO

PROCESSO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO COM OBRAS DE URBANIZAÇÃO 91/18

REQ. LUIS DE MELO TEIXEIRA

LUGAR: QUINTA DA CERCA - ESPORÕES - TAROUCA

PEDIDO: PEDIDO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO COM OBRAS DE URBANIZAÇÃO

Presente um requerimento, em nome de Luís de Melo Teixeira, residente em Esporões, união das freguesias de Tarouca e Dálvares, relativo ao pedido de licenciamento de operação de loteamento com obras de urbanização, sito no lugar da Quinta da Cerca - Esporões, União das Freguesias de Tarouca e Dálvares.

Proponho que a Câmara Municipal aprecie e delibere sobre a operação de loteamento proposta com obras de urbanização e o exposto na informação técnica, não havendo proposta de cedência para Zonas Verdes e Equipamentos, pela qual caberá compensações nos termos do Regulamento em vigor.

Tarouca, 25 de outubro de 2018

A Vereadora do Pelouro,

a) Susana Cristina Dias Pereira"

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada do processo nº 91/18, em que é requerente Luís de Melo Teixeira, para legalização de operação de loteamento urbano no lugar de Quinta da Cerca, Esporões, freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, bem como de todas as informações exaradas.

A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira disse que foi enviada aos Senhores Vereadores a sua proposta e a informação do Chefe de Divisão da DGUA.



MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

2018/10/31

Leu de seguida em voz alta as notas que a seguir se transcrevem:

"Observações sobre a informação técnica"

O requerente em agosto/2018 apresentou elementos/reajuste do pedido de licenciamento formulado em maio/2018, com vista a vir obter a aprovação/legalização da operação de loteamento realizada há vários anos.

No âmbito da informação do chefe da DGUA, sobre a legalização da operação de loteamento apresentada, será de referenciar:

1 - Quando descreve as dimensões do perfil do arruamento, em que este deve ser entendido como proposto e não como existente, dado que o existente apenas compreendia a via/caminho, refere a informação que não cumpre a Portaria 216-B/2008. Ora, não considero ser correto, tendo em conta que a referida portaria indica também que **"...Os valores do dimensionamento de áreas destinadas a arruamentos podem não ser aplicáveis em áreas urbanas consolidadas ou com alinhamentos definidos."**

Assim verifica-se que a informação técnica não faz o enquadramento da operação com o local em que se insere, na coerência da criação de um perfil real, que deve ter em conta o alinhamento já definido pelas edificações existente ao longo do caminho e como orientação/princípio o eixo de uma via coerente de exigir.

2 - Será ainda de notar que a referencia do **"conjunto passeio / estacionamento"** cai sobre a observância da Portaria e do PDM, que no caso do estacionamento para o uso em causa a dimensão é igual, e ainda de que a referencia da dimensão **"entre os 3,0m e 4,5 metros"** também não corresponde à proposta em apreciação que se apresenta no todo entre 4,1 e 4,66 metros.

3 - Quantos aos antecedentes/pedidos efetuados desde 2002, refere a informação que **"Assim, salvo melhor opinião, o requerente não tem direitos constituídos."**, será conclusão técnica pelos regimes aplicáveis do urbanismo, assim como o apoio na apreciação/enquadramento da pretensão nas disposições favoráveis à legalização, independentemente de o requerente as referenciar ou não no pedido, dado que este executivo em várias deliberações tem referenciado o total apoio a levar as pretensões a bom porto, e isto incluir os serviços/técnicos estudarem e informarem as possíveis viabilidades.

E aqui deixo - do RJUE artigo 102-A - Legalização, no seu numero 5 que refere **"Pode ser dispensado o cumprimento de normas técnicas relativas à construção cujo cumprimento se tenha tornado impossível ou que não seja razoável exigir, desde que se verifique terem sido cumpridas as condições técnicas vigentes à data da realização da operação"**

urbanística em questão, competindo ao requerente fazer a prova de tal data."

4 - Na referencia técnica sobre **"...em sede da operação de loteamento, o requerente deve propor soluções técnicas a avaliar previamente pelo município/entidades competentes, ..., para as águas residuais e bem assim, para arruamento, nos termos legais em vigor, do exposto, dos artigos 26 (8) do Regulamento do PDM, da Portaria n.º 216-B/2008... sob pena de indeferimento do pedido nos termos da alínea a) do n.º1 e alínea b) do n.2 do artigo 24º do RJUE. Posteriormente, em sede de obras de urbanização, deve apresentar os projetos de especialidades das infraestruturas exigidas..."**.

Daqui faço as seguintes observações:

4.1 - As soluções das infraestruturas são desenvolvidas nos projetos que constituem as obras de urbanização, com as exigências técnicas devidas sobre as existentes e não existentes. Estamos perante duas operações urbanísticas - a operação de loteamento sujeita a licença e as obras de urbanização em operação de loteamento aprovada (sequencia da aprovação do loteamento) sujeita a comunicação prévia - dois procedimentos distintos pelo RJUE, de sequencia / consequência, como demonstrado por exemplo no n.1 do artigo 71 e n.º 3 do artigo 76º, ambos do RJUE.

4.2 - Os artigos do PDM invocados, refere-se a condições de edificabilidade de um terreno/ transformação de construções preexistentes / legalização das construções existentes, e não diretamente com a apreciação do pedido de licenciamento de uma operação de loteamento ou a obras de urbanização devidas à operação de loteamento.

4.3 - Sem prejuízo do enquadramento à portaria já referida, para o pedido de licenciamento da operação de loteamento, a referencia de **"sob pena de indeferimento"**, caberá verificar que da informação técnica não resulta a demonstração da violação de disposições relativas ao licenciamento da operação de loteamento, para a invocação da alínea a) do n.º1 e ainda da alínea b) do n.2 do artigo 24º do RJUE, em termos concretos, ou sobre a comprovada sobrecarga in comportável, sobre os lotes propostos e cedências, com as devidas exigências de obras de urbanização necessárias à operação de loteamento proposta, que leio

"1 - O pedido de licenciamento é indeferido quando:

a) Violar plano municipal e intermunicipal de ordenamento do território, plano especial de ordenamento do território, medidas preventivas, área de desenvolvimento urbano prioritário, área de construção prioritária, servidão administrativa, restrição de utilidade pública ou quaisquer outras normas legais e regulamentares aplicáveis;"

"2 - Quando o pedido de licenciamento tiver por objeto a realização das operações urbanísticas referidas nas alíneas a) a e) do n.º 2 do artigo 4.º, o indeferimento pode ainda ter lugar com fundamento em:



MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

2018/10/31

b) A operação urbanística constituir, comprovadamente, uma sobrecarga inoportável para as infraestruturas ou serviços gerais existentes ou implicar, para o município, a construção ou manutenção de equipamentos, a realização de trabalhos ou a prestação de serviços por este não previstos, designadamente quanto a arruamentos e redes de abastecimento de água, de energia elétrica ou de saneamento."

Posso dizer deste ultimo, e estando apenas em apreciação uma pequena operação de loteamento, que só tem sentido na apreciação das obras de urbanização, não tendo sentido a sua aplicação na apreciação da operação de loteamento, quando reconhecida e assumida como uma operação de loteamento com obras de urbanização - obras que se definem nos projetos relativos à execução das obras de urbanização - projetos técnicos a desenvolver com apoio/colaboração dos serviços na identificação das necessidades ou das condições das redes existentes/criar no local, sujeitas a caução sobre a sua execução, não cabendo, e na sequência do artigo anterior, no disposto no n.º1 do artigo 25, mundos distintos da pretensão aqui em apreciação

"1 - Quando exista projeto de decisão de indeferimento com os fundamentos referidos na alínea b) do n.º 2 e no n.º 5 do artigo anterior, pode haver deferimento do pedido desde que o requerente, na audiência prévia, se comprometa a realizar os trabalhos necessários ou a assumir os encargos inerentes à sua execução, bem como os encargos de funcionamento das infraestruturas por um período mínimo de 10 anos..."

Considero que do exposto na informação não resulta a violação das disposições invocadas para a operação de loteamento proposta - áreas dos lotes, condições de edificabilidade, infraestruturas - arruamentos. Sem prejuízo do desenvolvimento dos projetos das obras de urbanização, a ser efetivada e orientada para as condições que se deve exigir tendo em conta a realidade envolvente, nos princípios imputados aos projetos, na exigência de infraestruturas proporcionais/obrigatórias, nos termos referidos na própria memória descritiva da operação que **"As redes de infraestruturas deserão ligadas às respetivas redes gerais, No caso de não existirem as respetivas redes no local, serão criadas alternativas, de acordo com os respetivos projetos de especialidades a apresentar."**

5 - Por último, a proposta de compensação pelas áreas não cedidas para zonas verdes e equipamentos, nos termos da informação, cujo cálculo não consta da informação, devida na eventual aprovação/ato de licenciamento/ notificação ao titular

Da folha de calculo dos serviços, resulta:

Cedências a prever - zonas verdes de 168,0 m2 e de equipamentos 210 m2"

A Senhora Vereadora Ana Maria Silva Xavier Guerra perguntou porque é que quando fizeram a rede de saneamento não começaram logo no início dos edifícios.

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias perguntou se se está a propor a legalização.

A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira em resposta disse que não existe saneamento naquela zona, e que estão projetados traçados de redes de saneamento em falta naquela e noutras zonas do concelho, mas não pode dizer quando pode ser efetivado.

Confirmou que está a propor a legalização da operação de loteamento urbano, dado que a informação do técnico não referencia outras disposições legais em causa, e que caduca se não for apresentado no prazo de um ano as obras de urbanização. Referiu também que da operação proposta resulta a compensação a pagar à camara pelas áreas não cedidas, nos termos do regulamento, de cerca de doze mil euros. Concluiu informando que na fase final ainda terão que ser apresentados os projetos das habitações, ainda havendo, por isso, muito caminho para andar.

A Senhora Vereadora Ana Maria Silva Xavier Guerra disse o seguinte:

"Este loteamento é como a obra de "Santa Engrácia", devendo ser acauteladas as condições das habitações, através de uma fiscalização."

O Senhor Vice-Presidente disse que, na sua opinião, o Executivo tudo deve fazer para regularizar este tipo de situações, até porque pode intervir se as condições não estiverem reunidas.

Manifestou uma palavra de gratidão para com a Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira porque acaba por dispor dos seus conhecimentos técnicos para resolver este assunto.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar o projeto da legalização da operação de loteamento urbano em que é requerente Luís de Melo Teixeira que incide sobre o prédio rústico sito no Lugar da Quinta da Cerca, freguesia e concelho de Tarouca, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 6238º e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 3151 e ali inscrito a favor do requerente sob a apresentação nº 2 de 17.06.2008, nas condições constante do referido processo nº 91/18.

PONTO 10 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA

Presente o resumo diário da tesouraria número duzentos e dois, de trinta de outubro corrente, o qual apresenta um saldo de dotações orçamentais no montante de € 55.450,49 (cinquenta e cinco mil e quatrocentos e cinquenta euros e quarenta e nove cêntimos) e um saldo de dotações não orçamentais no montante de € 270.550,08 (duzentos e setenta mil e quinhentos e cinquenta euros e oito cêntimos).

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

CÂMARA MUNICIPAL

2018/10/31

Foi tomado conhecimento.

PONTO 11 - APOIOS CONCEDIDOS A ENTIDADES E ORGANISMOS LEGALMENTE EXISTENTES, COM VISTA À PROSECUÇÃO DE OBRAS E EVENTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO, BEM COMO ÀS FREGUESIAS NO PERÍODO DE 11.10.2018 a 26.10.2018 - INFORMAÇÃO

Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da Câmara:

"Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias (alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09)

Período de 11.10.2018 a 26.10.2018

Informação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de Ucanha**

Total: € 386,69

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a Casa Paroquial de Ucanha.

Tarouca, 29 de outubro de 2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

PONTO 12 - APOIOS CONCEDIDOS PARA ATIVIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, EDUCATIVA, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA DE INTERESSES PARA O MUNICÍPIO NO PERÍODO DE 11.10.2018 a 26.10.2018 - INFORMAÇÃO

Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da Câmara:

"Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município (alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09)

Período de 11.10.2018 a 26.10.2018

Informação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tarouca

Total: € 2.146,30

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) aquando da realização do evento "Bombi Challenge Tarouca" no dia 30 setembro de 2018.

❖ **Sociedade Filarmónica de Salzedas**

Total: € 250,00

Finalidade: Apoio em espécie (serviço de transporte) para transporte dos seus elementos quando da realização das suas atividades. (Conforme protocolo, e por indisponibilidade dos autocarros do Município)

❖ **Banda Filarmónica de Gouveães**

Total: € 250,00

Finalidade: Apoio em espécie (serviço de transporte) para transporte dos seus elementos quando da realização das suas atividades. (Conforme protocolo, e por indisponibilidade dos autocarros do Município)

❖ **Clube Motorizado de Tarouca**

Total: € 852,61

Finalidade: Apoio em espécie (produtos alimentares e troféus) aquando da demonstração Automóvel no dia 16/09/2018.

Tarouca, 29 de outubro de 2018

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

PONTO 13 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE, I.P - PEDIDO DE PARECER RELATIVO À ESCALA DE TURNOS DAS FARMÁCIAS NO MUNICÍPIO DE TAROUCA, NOS TERMOS DO N.º 2 DO ARTIGO 3.º DA PORTARIA N.º 277/2012 DE 12 DE SETEMBRO

Presente um email datado de trinta de outubro corrente, remetido pela Administração Regional de Saúde do Norte, solicitando a emissão de parecer relativo à proposta de escala de turnos das farmácias no Município de Tarouca para o ano de 2019, que anexam, nos termos do n.º 2, do artigo 3.º, da Portaria n.º 277/2012, de 12 de setembro. Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade emitir parecer favorável à proposta de escala de turnos de serviço das farmácias do Município de Tarouca para o ano de 2019, que anexam, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º, da Portaria n.º 277/2012, de 12 de setembro.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 14 - VENDA DO LOTE N.º 10 DA ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL E LOGÍSTICA DE TAROUCA - ADJUDICAÇÃO - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"VENDA DO LOTE N.º10 DA ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL E LOGISTICA DE TAROUCA - ADJUDICAÇÃO

PROPOSTA



Fl. 128
[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

2018/10/31

A Câmara Municipal de Tarouca, por deliberação de 23 de agosto de 2018, aprovou a abertura de período de apresentação de candidaturas para alienação do lote n° 10, com a área de 7 382 m2, pelo preço base de € 44 292,00.

Decorrido o período de apresentação de candidaturas (até 25.10.2018) para compra do lote n° 10 da Área de Acolhimento Empresarial e Logística de Tarouca (AAEL), foi recebida uma única candidatura.

A comissão do procedimento elaborou o relatório de análise da candidatura, concluindo pela respetiva admissão.

Com fundamento no relatório da comissão de análise, proponho a V. Exa. que esta Câmara Municipal delibere o seguinte, no uso da competência prevista na alínea g) do n°1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n°75/2013, de 12.09:

1° não realizar hasta pública, em virtude de ter sido recebida e admitida uma única candidatura;

2° adjudicar a venda do lote n° 10 da Área de Acolhimento Empresarial e Logística de Tarouca (AAEL), com a área de 7 382 m2, que confronta do norte com Agostinho de Carvalho Nunes, do sul com os lotes números seis, sete, oito e nove, de nascente com caminho público e poente com Adalberto Rebelo dos Santos, inscrito na respetiva matriz sob o artigo P.2883, à sociedade "Macro-Frio, Comércio Internacional de Produtos Alimentares, S.A.", com sede em Tarouca, pelo valor de € 45.000,00 (quarenta e cinco mil euros), nas condições da sua proposta e do caderno de encargos, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido;

3° notificar o comprador, para, nos termos das condições de venda dos lotes de terreno que integram a Área de Acolhimento Empresarial Logística de Tarouca (AAEL de Tarouca):

- proceder à liquidação imediata de 20% do preço do lote;

- celebrar com o Município Tarouca um contrato-promessa de compra e venda, no prazo de 30 dias, data em que deverá proceder ao pagamento de 30 % do preço do lote, a título de sinal;

4° conferir poderes ao Senhor Presidente da Câmara para outorgar os respetivos contrato-promessa de compra e venda e escritura de compra e venda.

Tarouca, 30 de outubro de 2018

O Presidente da Câmara

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada da candidatura apresentada pelo único concorrente, a sociedade "Macro-Frio, Comércio Internacional de Produtos Alimentares, S.A." e do respetivo relatório da comissão de análise.

O Senhor Vice-Presidente disse o seguinte:

"Houve apenas um concorrente que propôs comprar o lote pelo preço de €45.000,00 (quarenta e cinco mil euros). Acredito, acreditamos, que são estes investimentos, são estes desafios aos nossos empreendedores locais e regionais, que permitem fixar mais gente no nosso concelho.

A AAEL de Tarouca está vinte anos atrasada, mas está feita quando pode ser feita.

A Macro-Frio é propriedade de um empreendedor determinado, que não fosse ter um lote com estas condições poderíamos não o conseguir cá nos próximos anos.

Uma palavra de apreço para com o Senhor Joaquim Alberto Oliveira porque abraçou este desafio.

Investir é um risco e, às vezes, não entendo muito bem quando falam em lucros ou salários elevados.

O investidor podia guardar o que ganha e não aplicar.

Daí a minha palavra de gratidão, a quem insiste e a quem é capaz de pôr este tipo de empresas no nosso território.

É um lote para onde se prevê um investimento de três milhões e quinhentos mil euros, que criará postos de trabalho e novas dinâmicas e estou certo que criará negócios indiretos.

O nosso bem-haja por arriscar desta maneira.

Ao analisar o estudo económico-financeiro, verifica-se que uma boa parte do investimento é financiado por fundos comunitários, oitenta mil euros são capitais próprios e os restantes oitocentos mil euros são empréstimo.

Julgo que estas palavras de reconhecimento são de todo o Executivo.

Espero que seja o início do sucesso dessa AAEL."

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias disse o seguinte:

"Não podia deixar de corroborar o que disse o Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

Acho que o Senhor Joaquim Oliveira é um empresário que merece do Executivo os mais sinceros elogios pela sua

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

CÂMARA MUNICIPAL

2018/10/31

coragem. Se investir é um risco, fazê-lo aqui em Tarouca é um risco maior.

Ter esta vontade de desenvolver, de criar mais: só temos de aplaudir.

Acho que a AAEL começou bem, no sentido da sua ocupação, pelo lote maior por um grande investimento e isso pode ser catalisador.

O investidor, Joaquim Oliveira, é uma referência no Concelho, pelo volume de faturação, pelo trabalho, esta é mais uma área, oxalá seja o início com futuro e que tenha muita sorte, porque saímos todos a ganhar.

Da minha parte também os parabéns para ele."

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade, com fundamento no relatório de análise das candidaturas, o seguinte:

1º não realizar hasta pública, em virtude de ter sido recebida e admitida uma única candidatura;

2º adjudicar a venda do lote nº 10 da Área de Acolhimento Empresarial e Logística de Tarouca (AAEL), com a área de 7 382 m2, que confronta do norte com Agostinho de Carvalho Nunes, do sul com os lotes números seis, sete, oito e nove, de nascente com caminho público e poente com Adalberto Rebelo dos Santos, inscrito na respetiva matriz sob o artigo P.2883, à sociedade "Macro-Frio, Comércio Internacional de Produtos Alimentares, S.A.", com sede em Tarouca, pelo valor de € 45.000,00 (quarenta e cinco mil euros), nas condições da sua proposta e do caderno de encargos, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido;

3º notificar o comprador, para, nos termos das condições de venda dos lotes de terreno que integram a Área de Acolhimento Empresarial Logística de Tarouca (AAEL de Tarouca):

- proceder à liquidação imediata de 20% do preço do lote;

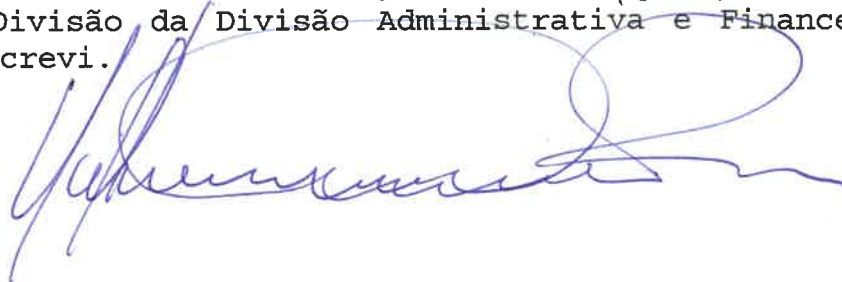
- celebrar com o Município Tarouca um contrato-promessa de compra e venda, no prazo de 30 dias, data em que deverá proceder ao pagamento de 30 % do preço do lote, a título de sinal;

4º conferir poderes ao Senhor Presidente da Câmara para outorgar os respetivos contrato-promessa de compra e venda e escritura de compra e venda.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Câmara** declarou encerrada a reunião pelas doze horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata.

E eu, *Luiz Maia de Souza Figueira Ramalho*, Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, a subscrevi.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Luiz Maia de Souza Figueira Ramalho', written over the printed name in the text above.